

Eletrobras em Desconformidade.

Negacionistas, cloroquinistas e terraplanistas... infelizmente não é apenas nas redes sociais que um grande grupo de pessoas que nega a ciência vem ocupando espaços. Eles são cada vez mais comuns em cargos de confiança do governo Bolsonaro. E essa é uma das marcas desse governo, que promove com muito mais intensidade aquilo que antes criticava: indicações políticas para ocupação na máquina pública ao mesmo tempo em que persegue aqueles que ideologicamente se opõem ao seu governo. Em um ato de extrema hipocrisia, Bolsonaro, que sempre acusou governos anteriores de nomear para cargos estratégicos aliados ou afilhados políticos em detrimento das escolhas técnicas, vetou recente regra prevista em MP que limitaria as indicações políticas do governoⁱ.

Provavelmente, o caso mais escandaloso tenha sido o da nomeação de um militar para o Ministério da Saúde, após a renúncia de dois ministros com formação médica. O resultado desastroso dessa nomeação foi uma gestão irresponsável e criminosa que resultou em mais de 600 mil mortes.

Em um movimento recente, 35 servidores do INEP, insatisfeitos com a "fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima" do órgão e com os episódios de assédio moral, pediram exoneração de seus cargos. E isso ocorreu dias antes da realização da prova do ENEM, cuja aplicação é de responsabilidade do órgão. Manifestamos nosso apoio aos funcionários do INEP que pediram renúncia coletiva por não pactuar com os desmandos ideológicos do governo Bolsonaro nas rotinas laboraisⁱⁱ.

Isso está ocorrendo porque as nomeações políticas para cargos de Estado ganharam outra dimensão nesse governo. Hoje, importantes órgãos do governo federal, que vão do IBAMA à Polícia Federal, passando pelo BNDES e pelos ministérios, estão abarrotados de pessoas sem o menor conhecimento técnico para o desempenho de suas funções, nomeados apenas por conta de suas afinidades e favores políticos. E esse comportamento chegou inclusive aos cargos de 2º e 3º escalões, como as empresas estatais.

O que se pretende com essas medidas é colocar essas pessoas a serviço da agenda do governo. Por isso essas nomeações exigem como contrapartida que o comprometimento com a agenda do governo esteja acima, inclusive, do respeito aos ritos e às normas éticas e mesmo legais. Essa é uma das estratégias adotadas para acelerar o andamento de sua agenda.

Estamos assistindo como isso funciona na prática no processo de privatização da Eletrobras recheado de irregularidades. Esse problema ficou claro inclusive quando o STF foi acionado, na ação de inconstitucionalidade contra a lei que autoriza a privatização da Eletrobras, que ficou na mão do ministro Nunes Marques, indicado por Bolsonaro. Mas o desrespeito ético e legal aos ritos e processos da privatização tem sido praticado também por membros da diretoria da Eletrobras. É o caso, por exemplo, das milionárias contratações sem licitação, como a da Laplace e, mais recentemente, do Consórcio de Bancos contratados para a capitalização.

A diretoria tenta justificar essas irregularidades alegando que o cronograma não permite que os ritos processuais corretos sejam adotados. Estaria o cronograma acima da Lei? Claro que não. Em primeiro lugar porque isso significa prevaricação e pode acarretar em dano ao erário público. Em segundo lugar porque aqueles que definem o cronograma são os mesmos que escolhem adotar procedimentos que colocam em risco a lisura do processo.

Um exemplo absurdo de desrespeito aos processos legais está na decisão da Diretoria de Conformidade pela não contratação de “Serviços especializados de avaliação econômico-financeira (*valuation*) destinados ao suporte à decisão da alta administração objetivando determinar o valor justo da Eletronuclear e da Itaipu Binacional”, a Licitação 09/2021ⁱⁱⁱ. A AEEL, inicialmente, se opôs à contratação, conseguindo, inclusive, a suspensão do pregão, com a expectativa de adiamento do processo que sequer havia passado pelas casas legislativas. No processo, foi a própria diretoria da Eletrobras que afirmou que a contratação de uma análise independente era fundamental para garantir a transparência e a lisura do processo de avaliação econômico-financeira.

Todavia, durante a audiência pública, promovida pela deputada Erika Kokay do PT-DF, no dia 18 de novembro de 2021, a diretora de Conformidade da Eletrobras anunciou a decisão da empresa pela não contratação desses estudos. Para justificar a decisão, argumentou que não haverá contratação porque a licitação ***“não se encaixa mais no cronograma”***^{iv}. Como se o cronograma justificasse a decisão de suprimir informações estratégicas “destinadas ao suporte à decisão da alta administração”, conforme consta na própria licitação. A exigência de um estudo se torna ainda mais importante quando observamos que o BNDES e a Eletrobras são ambos controlados pelo governo federal, e que por isso a transparência exige que um estudo independente seja contratado.

Mas, infelizmente, talvez em função do comprometimento da diretora de Conformidade com a agenda do governo e de sua pouca experiência, especialmente no que se refere à atuação em empresas onde deve vigorar o interesse público, como é o caso da Eletrobras, tem deixado de lado princípios éticos básicos. E, mais do que isso, tem tomado atitudes e dado declarações que mostram inclusive desconhecimento do que seriam princípios básicos de Compliance.

Um dos princípios fundamentais da área de Compliance afirma que no papel de verificação da conformidade ela deve ser independente. E, para que essa independência ocorra, é preciso um elemento básico: ausência de conflitos de interesses. Ao contrário do que a diretora Conformidade afirmou, também na referida audiência pública, sua atuação nomeação para o grupo de trabalho estratégico da Desestatização da Eletrobras para interlocução com agentes externos, que define os passos para execução do processo, consiste em grave conflito. Sua nomeação fere um princípio básico da Conformidade, que é o princípio da independência. Quando questionada sobre o assunto na audiência, sua resposta mostrou total desconhecimento sobre a necessidade de independência e sobre o papel da conformidade no acompanhamento de processos internos e externos da empresa.

É sabido que aquele que executa o processo não pode ser o mesmo a avalia ou que assegura a conformidade de um processo. Mas, surpreendentemente, quando questionada sobre o assunto, a

diretora disse achar “exatamente o oposto”^{iv}. Então, segundo sua lógica, não haveria conflito na situação onde a diretora de Conformidade verifica a conformidade do processo executado pela própria Diretora de Conformidade. Para verificar a conformidade de um processo é preciso submetê-lo a uma avaliação independente. Por isso, aquele que executa não pode ser aquele que assegura a conformidade do processo. Esse tipo de procedimento coloca todo processo sob suspeição.

Uma empresa de economia mista com ações em bolsa traz enormes responsabilidades fiduciárias à diretora Financeira e de Relações com Investidores e à diretora de Conformidade, haja vista a extensão das prerrogativas estatutárias imputadas a cada uma das cadeiras.

Porém, na Eletrobras, ambas as posições têm adotado práticas que se aproximam do limite da irresponsabilidade que serão formalizadas como denúncias ao TCU, ao CGU, as casas legislativas, a CVM, a SEC, aos demais acionistas e a sociedade brasileira.

Sindicatos e a AEEL estão atentos às denúncias sobre assédio moral, coletivo ou individual, vindo da diretoria das empresas, que se tornaram mais comuns em função das tentativas de criar dribles e artimanhas para acelerar o processo de privatização, de promover contratações num formato muito distante das melhores práticas de licitações, de direcionar conclusões de estudos internos e de ignorar graves conflitos de interesses.

A AEEL, como representante dos trabalhadores e acionista minoritária da empresa, juntamente com as demais entidades, não se furtará a exigir em todas as instâncias que os processos internos e externos da Eletrobras sigam devidamente os princípios éticos e legais e por isso estuda as medidas legais que poderão ser adotadas.

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo).

A Diretoria, em 14 de dezembro de 2021.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL



ⁱ <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/09/17/bolsonaro-veta-regra-que-limitaria-indicacao-politica-no-governo.html>

ⁱⁱ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/11/08/enem-2021-coordenadores-do-inep-pedem-demissao-a-poucos-dias-da-prova.ghtml>

ⁱⁱⁱ https://eletrobras.com/pt/_layouts/15/listform.aspx?PageType=4&ListId=%7B9CA977AA%2DDBE6%2D4CB9%2DA63E%2D0EE6A4C081C9%7D&ID=475&ContentTypeID=0x01009C9713A3C05CF34AA64E6A327FDB6FD6

^{iv} <https://www.youtube.com/watch?v=kQRLFvBcZgM&t=9010s> em 23:29:55

^v <https://www.youtube.com/watch?v=kQRLFvBcZgM&t=9010s> em 21:14:40